

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)27 mar 2017 | O Globo | antonio.gois@jeduca.com.br ANTÔNIO GOIS

Gratuidade

Nova edição de revista do Ipea discute cobrança de mensalidades nas universidades públicas, que já foram muito mais elitistas

Nos últimos 20 anos, o Brasil registrou um aumento significativo na proporção de alunos mais pobres no ensino superior. Este crescimento foi em boa parte resultado da melhoria da renda, da expansão dos ensinos médio e superior, e de políticas específicas para populações de baixa renda, como as cotas e o ProUni. Ainda assim, este nível segue sendo para poucos no Brasil, fato que alimenta o debate sobre se devemos ou não cobrar mensalidades daqueles que podem pagar.

A nova edição da revista "Radar", que o Ipea divulga hoje em seu site, traz mais insumos para essa discussão, com artigos favoráveis e contrários à cobrança. Num dos trabalhos, os pesquisadores da Universidade Federal da Bahia Claudia Malbouisson, Gisele Tiryaki, Verônica Ferreira e Vinicius Mendes identificam pelos números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, esse aumento de alunos mais pobres no ensino superior. De 2003 a 2013, o percentual de universitários em instituições públicas que pertenciam aos 25% mais pobres da população praticamente dobrou, de 9,7% para 18,8%. No mesmo período, a proporção dos 25% mais ricos caiu de 62,7% para 45,2%. Ainda assim, os autores argumentam que "esses resultados corroboram a hipótese de que a maior parte dos alunos no ensino superior são aqueles que podem pagar pela educação".

Também em favor da cobrança, os pesquisadores Bruce Chapman (Universidade Nacional da Austrália) e Paulo Meyer Nascimento (Ipea) defendem um modelo diferente de uma simples mensalidade ou do que é feito hoje no Fies, em que o aluno ganha uma bolsa, mas logo depois de formado precisa pagar sua dívida, gerando alta inadimplência. Para os dois, o Brasil ganharia se adotasse o modelo australiano, em que a cobrança é feita também posteriormente à formatura, mas via desconto no Imposto de Renda. Com este mecanismo, argumentam, o risco de inadimplência é muito menor, pois o estudante só começaria a pagar sua dívida no momento em que tivesse renda suficiente para ser tributada na fonte.

Na publicação do Ipea, o argumento em favor da manutenção da gratuidade é defendido principalmente pelo professor da UFF Fabio Waltenberg. Um de seus pontos é o de que o ensino superior está se democratizando com o maior acesso de alunos mais pobres e que a distorção entre o que se gasta por aluno no ensino superior e na educação básica (um dos argumentos em favor da cobrança) diminuiu muito nos últimos 15 anos. Ele também destaca que a experiência australiana — defendida por Chapman e Nascimento — não resolveu o problema de subfinanciamento das universidades públicas naquele país. Por fim, defende ainda que a discussão seja mais ampla, e considere também o que ele aponta como problemas do nosso sistema tributário que acabam beneficiando os mais ricos. "Por que a gratuidade da universidade pública ofende, mas a dedução de impostos de gastos com saúde privada não?", indaga Waltenberg.



No blog da coluna, fiz uma tabulação nos microdados da Pnad que mostram que a maioria (58%) dos universitários em instituições públicas tem renda familiar inferior a 1,5 salário mínimo per capita. Pelos critérios do ProUni, estariam elegíveis a uma bolsa de estudos integral. Outros 27% poderiam se candidatar a uma bolsa parcial. Ou seja, cobrar dos que podem pagar pode até ser uma medida justa, mas não resolverá o problema do financiamento do ensino superior público. |

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)